

DIAGNÓSTICO DE POTENCIAIS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS - UM COMPARATIVO DO USO DO INSTRUMENTO EM DUAS IGS EM ESTRUTURAÇÃO

SIMONE RIBEIRO

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

ILAN AVRICHIR

ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING (ESPM)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

DIAGNÓSTICO DE POTENCIAIS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS – UM COMPARATIVO DO USO DO INSTRUMENTO EM DUAS IGS EM ESTRUTURAÇÃO

1. Introdução

As Indicações Geográficas (IGs) estão em crescimento no Brasil e podem ser um recurso de comunicação com compradores de determinados produtos e serviços ao comprovar suas tipicidades. De acordo com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), entidade responsável pelo registro das IGs brasileiras, a Indicação Geográfica é um registro que reconhece que uma origem geográfica específica se tornou conhecida na produção de determinado produto ou serviço, o que define a Indicação de Procedência (IP), uma das espécies de IG, ou que determinado produto ou serviço possui determinados atributos devidos a um meio geográfico específico, suas características edafoclimáticas e o saber fazer de sua gente, o que define uma Denominação de Origem (DO), outra espécie de IG. O queijo Canastra, por exemplo, é produzido na região da Serra da Canastra e possui determinados atributos de qualidade e meios de produção tradicionais que adquiriram reputação ao longo do tempo. Outro exemplo é o café da Mantiqueira de Minas, região que produz cafés que possuem as qualidades e as características que se destacam, exclusiva ou essencialmente, por causa do meio geográfico e dos fatores naturais e humanos da localidade. As IGs conferem proteção legal às regiões que produzem determinados produtos e serviços e que tiverem o registro concedido pelo INPI a fim de coibir a usurpação do nome e a falsificação, assim como garantem a origem do que é consumido.

Atualmente, no Brasil, 137 IGs estão registradas (INPI, acesso em 13 de julho de 2025). Este número é pequeno se comparado, por exemplo, com a Itália, que atualmente possui 914 IGs registradas (eAmbrosia, acesso em 13 de julho de 2025). Essa diferença pode ser explicada porque a legislação para Indicações Geográficas no Brasil é recente, de 1996, além de que os países europeus possuem políticas públicas e de financiamento que acabam por estimular a estruturação e reconhecimento das IGs.

IGs brasileiras, como a Região do Cerrado Mineiro, Canastra ou Vale dos Vinhedos são referências para outras IGs, em estruturação ou já reconhecidas, por terem protegido o nome que ficou famoso por produzir seus produtos, por desenvolverem o território em que estão inseridas e por valorizarem as pessoas envolvidas com o produto. Porém, algumas IGs já reconhecidas no Brasil não se desenvolveram após o reconhecimento e registro pelo INPI. São várias histórias de IGs que não conseguiram organizar os produtores para seguirem o Caderno de Especificações Técnicas (CET) com as regras para uso da IG, ou ainda, o baixo envolvimento dos produtores de produtos das IGs, pois estas organizações ficam no controle de poucos atores (Malaguti, 2023).

Para entender melhor o contexto em que as IGs brasileiras estão, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), publicou, em 2021 um estudo com as IGs brasileiras (Cenário das Indicações Geográficas Brasileiras) para entender as dificuldades enfrentadas por elas. Este trabalho gerou um relatório que destaca os maiores gargalos, que são: a baixa dinâmica de cooperação entre os atores, apesar de associações e cooperativas formalizadas; baixo conhecimento dos conceitos básicos de IG pelos envolvidos; a usurpação do nome protegido por produtores do território e fora dele; os grupos de produtores têm dificuldade de acessar o mercado de maneira direta, dependendo de intermediários; e ainda, o foco dos produtores na agregação de valor diretamente nos produtos e serviços que produzem, sem levarem em consideração outros ganhos, como desenvolvimento de território e do turismo, sucessão familiar, entre outros.

Este estudo do SEBRAE de 2021 também diagnosticou 120 potenciais IGs, ou seja, grupos de produtores de um determinado produto ou serviço, ligados a um território específico, que gostariam de buscar o registro de IG, e que estavam se organizando para isso, porém não sabiam

se tinham as características necessárias (diferencial de produto, tradição, necessidade de proteção, governança, entre outras). Das 120 potenciais IGs diagnosticadas, 85 apresentaram potencial para serem reconhecidas como tal, se fosse feito o trabalho necessário para isso.

Em 2025, o SEBRAE aprimorou o questionário utilizado no trabalho anterior e realizou novos diagnósticos para identificação de potenciais IGs, com o propósito de apoiar estas organizações na sua estruturação. Profissionais foram contratados e realizaram os diagnósticos em todos os estados do Brasil. O resultado deste trabalho ainda não foi publicado, porém, foi feito acompanhamento de dois destes diagnósticos pela autora deste artigo. O SEBRAE tem um papel importante no desenvolvimento das IGs brasileiras, pois esteve envolvido desde que o INPI iniciou a realizar os registros. O SEBRAE realizou trabalho junto ao INPI para estruturar regras, como a elaboração de manuais para orientar a estruturação das IGs brasileiras. O SEBRAE também realizou trabalho junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na construção de normativas para as IGs. Ou seja, o SEBRAE tem um papel na formação da legislação brasileira das IGs. Outro papel importante do SEBRAE é a identificação de potenciais IGs e o apoio na estruturação delas, através de projetos ou oferta de soluções que ajudam as organizações neste processo. As soluções do SEBRAE que podem apoiar as regiões interessadas em estruturar uma Indicação Geográfica são: a contratação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que desenvolve pesquisas a fim de elaborar o CET ou para resgate histórico da reputação das regiões, além de providenciarem demais documentos exigidos pelo INPI para registro; a oferta do SEBRAETEC, que envolve a contratação de consultoria técnica especializada para a solução de um problema, que pode ser a adequação de uma propriedade rural ao CET; o apoio do Agente Local de Inovação (ALI) Indicações Geográficas, em que um agente especialista em IG acompanha um produtor, por determinado período, a fim de orientá-lo a se adequar à regulamentação ou a acessar o mercado de maneira estratégica.

Ainda não é conhecido o número de diagnósticos realizados nas regiões de potenciais IGs em 2025, mas dois deles foram feitos com acompanhamento da pesquisadora. Um deles foi realizado com grupo de produtores de um produto alimentar artesanal, que abrange uma microrregião do Estado de São Paulo e o outro com um grupo de produtores de um produto alimentar vegetal, de um município do Estado de São Paulo. A empresa contratada pelo SEBRAE para realizar os diagnósticos pesquisou, previamente, os territórios, com levantamento de documentos, publicações e dados das duas potenciais IGs.

Este artigo vai relatar, analisar como foi realizado este trabalho de diagnóstico e identificar pontos fracos e fortes do instrumento desenvolvido e utilizado pelo SEBRAE para iniciar seus projetos para estruturação das IGs. A pesquisadora foi observadora participante no momento dos diagnósticos, ao mesmo tempo que possui uma relação profissional com ambos os grupos estudados, uma vez que é funcionária do SEBRAE e desenvolve projetos diversos com estes grupos de produtores há pelo menos três anos. Os diagnósticos foram realizados em reuniões agendadas com antecedência com os produtores rurais e entidades de apoio, ou seja, stakeholders, ou atores, das cadeias produtivas estudadas.

2. Referenciais teóricos

2.1 Engajamento dos stakeholders

O engajamento dos stakeholders tornou-se um construto amplamente utilizado, mas muitas vezes pouco claro, em pesquisas sobre negócios e sociedade (Kujala et al., 2022).

O construto engajamento de stakeholders surge como um desmembramento da teoria dos stakeholders, que coloca os stakeholders no centro do pensamento estratégico e as relações com eles como o foco da análise na estratégia. A pesquisa sobre engajamento dos stakeholders pode ser vista como uma continuidade natural da teoria dos stakeholders (Malaguti, 2023).

O componente estratégico do engajamento dos stakeholders é descrito por Kujala et al. (2022). Os autores citados consideram que a teoria dos stakeholders é originariamente uma teoria

de gestão estratégica. Assim, o componente estratégico se refere à disposição dos stakeholders de participar da criação de valor da empresa, de contribuir para melhorar os resultados, a reputação e a vantagem competitiva da empresa. A pesquisa sobre engajamento de stakeholders tem prioritariamente testado a premissa de que a orientação para os stakeholders tem influência positiva sobre o desempenho financeiro. O componente estratégico sublinha o engajamento instrumental e as vantagens econômicas recíprocas (Malaguti, 2023).

Com relação ao componente pragmático, Kujala et al. (2022) afirmam que esse componente é essencialmente dependente do contexto (context-embedded) e do tempo. Os objetivos pragmáticos abrangem a inclusão, a resolução de conflitos e a construção de consenso.

2.2 Teoria do Círculo Virtuoso da Qualidade Vinculada à Origem

O círculo virtuoso da qualidade vinculada à origem, da *Food and Agriculture Organization* (FAO) de 2009, foi utilizado como referencial teórico, conforme Figura 1 e é uma metodologia para o desenvolvimento e implementação local de um processo de IG, que requer toda uma gama de atividades e condições. O círculo virtuoso da qualidade ligado à origem pode ser utilizado como metodologia para apoiar os stakeholders locais na gestão das diversas atividades envolvidas no sistema da IG e na otimização do potencial da IG para o desenvolvimento sustentável.

Figura 1: Círculo virtuoso da qualidade vinculada à origem



Fonte: FAO (2009)

De acordo com a (FAO, 2009) os estágios principais do círculo virtuoso são: 1) Identificação: crescente conscientização local e valorização do potencial do produto; 2) Qualificação de produtos: estabelecimento de regras para criação de valor e preservação de recursos locais; 3) Remuneração do produto vinculada à sua comercialização e à gestão do sistema local; 4) Reprodução de recursos locais, impulsionando a sustentabilidade do sistema; e 5) Políticas públicas que forneçam um arcabouço institucional e possível suporte para as diversas etapas do círculo.

3. Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa e utilizou a observação participante, pois a pesquisadora participou da realização dos diagnósticos como funcionária do SEBRAE, uma das entidades de apoio dos dois grupos estudados. Além da participação no momento dos diagnósticos, a pesquisadora também atua desde 2022 com ambos os grupos, como consultora de negócios do SEBRAE, realizando consultorias gerenciais, palestras e cursos com os produtores rurais.

A observação participante tem sido praticada de uma forma ou outra há mais de 100 anos na antropologia e há quase tanto tempo na sociologia (Yin, 2016). Nesses trabalhos de observação participante, os temas dos estudos vão desde sociedades inteiras e grupos de pessoas até indivíduos. Quando os encontros da vida real dominam o trabalho de campo, o pesquisador deverá utilizar seus cinco sentidos para medir e avaliar informações do campo. O pesquisador será limitado por sua capacidade de lembrar e relembrar ações, e exercerá seu próprio arbítrio ao decidir o que registrar. Ou seja, todas essas funções significam que o pesquisador servirá como o principal instrumento de pesquisa.

3.1 O instrumento diagnóstico elaborado e utilizado pelo SEBRAE

O relatório com os diagnósticos das potenciais IGs brasileiras de 2025 ainda não foi publicado. Para compreensão do instrumento, foram utilizados os documentos Guia para Diagnóstico de uma Potencial Indicação Geográfica (SEBRAE, 2021) e Cenário das Indicações Geográficas Brasileiras (SEBRAE, 2021). O primeiro foi utilizado pelos consultores contratados pelo SEBRAE para realizar os diagnósticos com potenciais IGs e com IGs já reconhecidas, em 2020, e o segundo foi o relatório gerado após a realização dos diagnósticos. Para comprovar que os dois documentos são coerentes e alinhados com os diagnósticos realizados em 2025, foi utilizada a gravação de uma palestra promovida pelo Grupo de Pesquisa em Indicações Geográficas (GPIG), em 10 de fevereiro de 2025, ministrada pela convidada Hulda Giesbrecht, especialista em IG do SEBRAE Nacional. O grupo de pesquisa foi criado pelo Prof. Dr. Ilan Avrichir, da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), no diretório de grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em 2024. Nesta palestra ela falou sobre o instrumento diagnóstico que foi elaborado e é aplicado pelo SEBRAE em todo o território Nacional. Os pesquisadores presentes estavam interessados em saber como o diagnóstico foi criado, como é aplicado, quais são os objetivos dele. De acordo com Hulda Giesbrecht (2025), a atuação do SEBRAE no apoio às IGs, entre os anos de 2004 e 2005, se dava por meio de projetos estruturados enviados pelos estados ao SEBRAE Nacional, para apoio técnico e financeiro. Era muito comum acontecer a interrupção do projeto no meio da realização, pois identificava-se que o grupo apoiado não estava preparado ou não tinha as características necessárias para serem reconhecidos como IG. Foi então que o SEBRAE resolveu elaborar um diagnóstico que pudesse apontar quais seriam os projetos apoiados com maior chance de reconhecimento de IG. Esse instrumento diagnóstico foi elaborado pelo SEBRAE através de parcerias com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Empresa Brasileira e Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e universidades. O diagnóstico é composto de um levantamento documental prévio e um questionário para ser aplicado de maneira coletiva.

O diagnóstico de 2020 e o diagnóstico de 2025 possuem semelhanças na maneira em que foram aplicados. É feita a contratação de um especialista em IGs, que estuda previamente a região a ser diagnosticada, através de documentos e pesquisas digitais. É, então, promovida uma reunião, preferencialmente presencial, com os atores envolvidos com a IG que possuam conhecimento do produto, da produção e da região a ser analisada, sendo importante a presença de produtores. Recomenda-se a participação de no máximo cinco a dez pessoas para que todos tenham a oportunidade de contribuir. O consultor inicia a reunião fazendo uma breve apresentação sobre os conceitos de IG, para que todos os participantes tenham conhecimento do que é IG. A seguir o consultor começa a fazer as perguntas para o grupo. São perguntas abertas e os atores entrevistados não precisam dar notas. Todos podem falar e o consultor ouve todas as respostas para tirar as suas próprias conclusões, uma vez que ele é especialista no assunto. A reunião dura em torno de três horas. Após a reunião, o consultor faz considerações sobre suas percepções da reunião e consolida com as informações coletadas por ele previamente, para então dar notas de 0 a 5 para cada um dos 10 critérios (no diagnóstico de 2020 eram nove critérios) desejados para

uma IG. Esta pontuação vai gerar um gráfico radar, que facilita a visualização dos pontos fortes e fracos da região estudada. Os dez critérios são: governança, território, processo produtivo, cadeia produtiva, pesquisa, necessidade de proteção, vínculo com o meio geográfico, notoriedade, desempenho econômico e engajamento.

3.2 Grupo de produtores de produto alimentar artesanal, que abrange uma microrregião do Estado de São Paulo (Grupo 1)

O trabalho que a pesquisadora teve com este grupo antes do diagnóstico iniciou-se em 2022, como consultora do SEBRAE e com a parceria de um instituto de pesquisa e ensino da federação, uma universidade da federação, de uma entidade de assistência técnica do estado de São Paulo e prefeituras de diversos municípios do território. Foram feitas ações de estímulo para que os municípios envolvidos estruturassem o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) ou o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) através de consórcio de municípios ou não. Foi feito um trabalho de associativismo com o grupo de produtores, essencial para a estruturação de uma IG. Foram realizadas palestras e oficinas de planejamento de ações e organização do grupo. O instituto de pesquisa e ensino da federação realizou levantamento histórico e de reputação do produto e contou com a ajuda dos professores da universidade da federação. Este grupo não possui uma entidade que represente os produtores e que possa vir a ser substituta processual de uma IG.

3.3 Grupo de produtores de um produto alimentar vegetal, de um município do Estado de São Paulo (Grupo 2)

Semelhante ao que ocorreu no grupo anterior, a pesquisadora desenvolveu um trabalho com este grupo antes do diagnóstico. O início foi em 2022, como consultora do SEBRAE e com a parceria do instituto de pesquisa e ensino da federação, de um instituto de pesquisas agrônomicas do estado de São Paulo, da prefeitura e do sindicato rural do município. Foram realizadas palestras e oficinas sobre IG e sobre associativismo. Houve um trabalho sobre melhoria da qualidade do produto e da produção, pelo instituto de pesquisas agrônomicas do estado de São Paulo. O instituto de pesquisa e ensino da federação realizou levantamento histórico e de reputação do produto. O sindicato rural do município exerce a função de substituto processual no processo de estruturação de IG, com grande parte dos associados produtores do produto que se pretende proteger.

4. Resultados

Em 2024, o SEBRAE Nacional comunicou para suas unidades estaduais que iniciaria uma nova rodada de diagnósticos de potenciais IGs em todo o território nacional, e solicitou aos estados indicações destes grupos. A pesquisadora, assim como outros funcionários do SEBRAE nos estados, comunicou ao SEBRAE Nacional sobre os grupos e suas potencialidades para o reconhecimento de IG. O SEBRAE Nacional iniciou, então, em fevereiro de 2025, o diagnóstico, em todo o Brasil, de diversas e variadas IGs em estruturação, para confirmar seus potenciais de reconhecimento de IG e, caso se confirme o potencial, disponibilizar soluções de apoio para estruturação.

A pesquisadora acompanhou quatro destes diagnósticos, porém apenas dois deles serão descritos aqui, do Grupo 1 e do Grupo 2.

4.1 Organização para os diagnósticos

De acordo com a metodologia do SEBRAE, o diagnóstico deve ser realizado com os stakeholders (atores) da potencial IG. Entidades de apoio, diferentes elos da cadeia produtiva, mas, principalmente, produtores rurais. A pesquisadora entrou em contato com os produtores e entidades de apoio e os convidou para uma reunião presencial nas prefeituras dos municípios.

A pesquisadora solicitou apoio das prefeituras municipais na arregimentação dos participantes e na disponibilização do local para realização da reunião.

As prefeituras foram as responsáveis para organizar os encontros de diagnósticos com ambos os grupos. As prefeituras se responsabilizaram em definir e reservar os locais dos encontros, e em disponibilizar móveis e equipamentos necessários para a reunião. Elas, também, convidaram os produtores rurais para participarem dos encontros. No Grupo 1, apesar de seu território representar uma microrregião, a pesquisadora possui maior relacionamento com a prefeitura de apenas um dos municípios, portanto, para que produtores e entidades de outros municípios participassem, a pesquisadora contou com a ajuda da entidade de assistência técnica do estado de São Paulo. A pesquisadora convidou a universidade da federação, que fica em município vizinho dentro do território. No Grupo 2, a prefeitura convidou os produtores, o sindicato rural e o instituto de pesquisas agronômicas do estado de São Paulo. Em ambos os grupos, o instituto de pesquisa e ensino da federação não participou, pois suas unidades estão em outros municípios, trabalham por projetos e não estão mais envolvidos com os dois grupos. A pesquisadora coletou assinatura dos anfitriões de ambos os territórios em uma carta de anuência para maior transparência da pesquisa.

4.2 Início dos diagnósticos

Cada diagnóstico foi realizado em um dia diferente, ambos no período da manhã. O primeiro a ser realizado foi com o Grupo 1 e estiveram presentes a pesquisadora, quatro representantes da entidade de assistência técnica do estado de São Paulo, de duas regionais diferentes, um funcionário da prefeitura do município anfitrião, três produtores rurais (duas mulheres e um homem), de municípios diferentes. Uma característica deste produto alimentar artesanal é que ele é produzido por mulheres, normalmente. De acordo com Lemke et al. (2024), que realizaram o levantamento histórico do grupo, a Indicação de Procedência (IP) poderia preservar a riqueza histórica, cultural e tradicional da produção artesanal deste produto alimentar artesanal, especialmente ligada às mulheres e suas trajetórias no sustento e manutenção das famílias. Participaram da reunião do Grupo 2, além da pesquisadora que trabalha no SEBRAE, funcionários da prefeitura, o presidente do sindicato rural, pesquisadoras do instituto de pesquisas agronômicas do estado de São Paulo e 25 produtores rurais.

Para realizar os dois diagnósticos, o SEBRAE Nacional contratou um escritório de advocacia especializado em propriedade intelectual. Este escritório encaminhou dois membros para o trabalho. Previamente, os advogados realizaram levantamento de dados e de registros históricos e de mídia de ambos os grupos. Portanto, eles já possuíam um algum conhecimento do produto e do território antes de iniciar o trabalho de diagnóstico.

Em ambas as reuniões, os participantes foram dispostos em meia lua, de modo que todos pudessem se ver e, ao mesmo tempo, olhar para a apresentação. A reunião do Grupo 1 foi iniciada pela pesquisadora, uma vez que o representante da prefeitura presente não quis se pronunciar. A pesquisadora iniciou contando ao grupo sobre como aconteceu o início do trabalho do SEBRAE e demais entidades de apoio com o grupo, com o objetivo de estruturar a IG. Depois, foi passada a palavra para os advogados contratados pelo SEBRAE Nacional. Na reunião com o Grupo 2, a abertura foi feita pelo Secretário da Cultura do município. Depois, a pesquisadora contou o início do trabalho de estruturação da IG do território e o papel de cada entidade de apoio nesta trajetória. Por fim, foi passada a palavra para os dois advogados.

Em ambos os territórios, os advogados contratados pelo SEBRAE Nacional deram início com uma apresentação resumida do que é IG e como funciona este tipo de registro, com o objetivo de alinhar os conhecimentos dos participantes. Após este alinhamento, foi dado início ao diagnóstico propriamente dito.

4.3 O diagnóstico

Em ambos os territórios, os advogados, após o alinhamento, deram início ao diagnóstico, projetando as perguntas para que todos pudessem ler. Porém, nem sempre eles faziam as perguntas na ordem que elas apareciam, pois durante a resposta a uma pergunta, os produtores acabavam respondendo outra, sem nem mesmo lerem. Um dos advogados fazia as perguntas, a outra advogada fazia as anotações e registros. As perguntas realizadas pelos consultores estão reunidas no Quadro 1.

Quadro 1: Questionário do diagnóstico de IGs do SEBRAE

Qual o nome geográfico em questão?
Qual produto/serviço (e derivados) esta região produz?
Quais municípios ou parte de municípios compreendem esta região?
Essa região possui notoriedade (fama) por conta deste produto/serviço? Quão grande é esta notoriedade (evidências)?
Como é o processo produtivo deste produto/serviço? (legislação, nível de tecnologia empregado, artesanal, saber fazer, etc.)
Como funciona a cadeia produtiva deste produto/serviço? Quem faz parte desta cadeia produtiva? Quais elos da cadeia produtiva dominam o mercado?
Como é o desempenho econômico deste produto/serviço nesta região? Número de produtores? Quantidade produzida? Produção crescente ou decrescente (série histórica)?
Quais são os diferenciais deste produto/serviço em relação a seus similares?
Esses diferenciais são atribuídos a fatores edafoclimáticos (solo, clima etc.)?
Existem pesquisas relacionadas ao produto e à região, que possam gerar vínculo entre eles? Quais ICTs apoiam ou podem vir a apoiar a cadeia produtiva?
Existem casos de usurpação do nome geográfico?
Como funciona a coletividade na região? Existem associações ou cooperativas ou algo que represente os produtores na região? Os produtores se identificam como produtores da região?
Quais as expectativas dos produtores em relação a continuidade das atividades? Existe viabilidade de os filhos permanecerem nas atividades? Existe um cenário próspero de curto, médio e longo prazo para a atividade?
Como é a disponibilidade de mão de obra na região? Esta mão de obra é qualificada?
A comunidade, o comércio local, poder público etc. já utiliza e valoriza este produto?
O turismo já é explorado na região? Existe alguma relação entre o turismo e a potencial Indicação Geográfica?
Os entrevistados têm interesse em buscar um reconhecimento como uma Indicação Geográfica para este território, ou como uma Marca Coletiva para tais produtos/serviços?
Curiosidades.

Fonte: Elaborado pela autora, dados coletados nas entrevistas (2025).

No Grupo 1, conforme as perguntas foram feitas, foi ficando evidente que uma das produtoras do produto alimentar artesanal do município anfitrião falava com mais propriedade e frequência. Ela é uma das líderes do grupo de produtores. Outra pessoa que respondeu às perguntas mais vezes foi uma das técnicas da entidade de assistência técnica do estado de São Paulo, que é muito envolvida com os produtores do território, fornecendo assistência técnica. O funcionário da prefeitura, apesar de conhecer bem o grupo, não se envolveu e não respondeu à pergunta alguma. Os demais participantes eram de outros municípios e responderam questões sobre o produto e a produção, que dominam. Os participantes de outros municípios não tinham conhecimento de IG e este encontro foi o primeiro contato deles sobre o assunto. Em oposição a isso, produtora do município já conhecia a IG da Canastra, sua produção de produto alimentar artesanal havia sido estudada em pesquisa da universidade da federação e ela participou ativamente do levantamento histórico realizado pelo instituto de pesquisa e ensino da federação. Durante o diagnóstico, percebeu-se que nenhum dos presentes sabia dizer quais municípios faziam parte do território, apesar deste dado fazer parte da pesquisa do instituto de pesquisa e ensino da federação (Lemke et al., 2024). Quando perguntados sobre acesso a mercados e legislação, a produtora do município anfitrião disse que seu produto alimentar artesanal possui o SIM, mas gostaria do apoio da prefeitura para ter o Selo Arte ou o SISBI e ampliar seu mercado. Quanto aos outros dois produtores presentes, ambos possuem o SIM para seus produtos alimentares artesanais. Os técnicos das entidades de apoio citaram que alguns municípios do território não possuem o serviço de inspeção, mostrando que este pode ser um grande gargalo para o grupo ampliar o mercado ou vender em seus municípios e fora deles. Foi observado que, devido ao tamanho do território, distância entre os municípios da microrregião e heterogeneidade de recursos de cada um deles, a dificuldade deste grupo será administrar isso tudo e unir os produtores. Uma das ações necessárias será a formalização, dentro do território, de uma entidade que represente os produtores.

A seguir, uma breve explicação sobre o SIM, SISBI e Selo Arte. O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é um serviço que as prefeituras podem implantar para inspecionar a fabricação de produtos de origem animal, assegurando que os alimentos são seguros para consumo humano. Porém, o produtor que solicita o SIM para seus produtos, não pode comercializá-los em outros municípios, ficando limitado ao seu. Para ampliar o alcance de mercado dos produtos de origem animal, é possível a obtenção do Serviço de Inspeção Estadual (que limita o comércio para dentro do estado) ou o Serviço de Inspeção Federal, com o comércio abrangendo o território brasileiro. Já o Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI) pode ser implantado por um município ou por um consórcio de municípios ao se fazer a equivalência de determinadas exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no SIM, ampliando a área de comercialização dos produtos para o Brasil todo. E por fim, o Selo Arte é um selo que os serviços municipais, estaduais ou federais podem fornecer para determinados produtos comprovadamente artesanais e tradicionais, permitindo o comércio em todo o Brasil.

No Grupo 2, apesar do trabalho anterior do SEBRAE, do instituto de pesquisa e ensino da federação e do instituto de pesquisas agronômicas do estado de São Paulo com parte dos produtores do município, muitos dos presentes desconheciam IG. Diferentemente do Grupo 1, neste grupo muitos produtores falaram, responderam às perguntas feitas, fizeram perguntas e tiveram conversas paralelas. Em diversos momentos, muitas pessoas falavam ao mesmo tempo. Foi uma reunião tumultuada. Um dos produtores, mais falador, dominou a reunião, falando assuntos diversos, desviando do tema. A recomendação do SEBRAE Nacional para este tipo de reunião é a participação de 5 a 10 pessoas no máximo (conforme orientação no relatório do SEBRAE do diagnóstico de 2021), porém a recomendação não foi seguida. A prefeitura aproveitou este momento do diagnóstico para convidar todos os produtores que participaram do projeto do instituto de pesquisas agronômicas do estado de São Paulo, sobre qualidade da produção e do produto, para entregar a devolutiva do trabalho desenvolvido, tema congruente com a

IG que se pretende estruturar. A prefeitura alegou que seria difícil arregimentar os produtores duas vezes seguidas e que as pesquisadoras do instituto de pesquisas agrônomicas do estado de São Paulo poderiam contribuir com o diagnóstico.

Durante a reunião, os produtores divergiram com relação ao território da IG, pois alguns deles plantam em outros municípios, além de plantar no próprio município. Neste momento, os advogados explicaram que a delimitação geográfica do território poderia extrapolar os limites do município e ainda assim, manter o nome do município que ficou conhecido na produção deste produto alimentar vegetal. Quando a pergunta foi sobre a diferenciação do produto, foram unânimes as respostas dos produtores quanto à excelente qualidade do produto devido à localização da produção. Neste momento, as pesquisadoras do instituto de pesquisas agrônomicas do estado de São Paulo que estavam estudando justamente a qualidade do produto não falaram nada. Porém, depois do diagnóstico realizado, elas foram apresentar ao grupo o resultado de meses de pesquisa do solo e do produto e mostraram que o produto pode melhorar significativamente, com a correta correção de solo. Os desafios deste grupo são a agregação valor ao produto e a melhoria da qualidade do produto através da melhoria da produção, com assistência técnica. A prefeitura demonstra disponibilidade em arcar com estes custos, mas os produtores precisam querer mudar e aproveitar as oportunidades que estão surgindo para posicioná-los, ainda mais, como os melhores produtores deste produto alimentar vegetal.

5. Análise de dados

As reuniões de diagnóstico realizadas com os dois grupos de produtores e de entidades de apoio foram diferentes tanto pela maneira que cada uma aconteceu, quanto às respostas obtidas. Como a pesquisadora acompanha os grupos desde 2022, pouco surgiu nos diagnósticos que ela já não soubesse.

5.1 Constructos de destaque nos diagnósticos

Algumas respostas suscitaram mais discussões durante os dois diagnósticos, por isso, foram destacadas como constructos, abaixo, bem como foi feita indicação de qual critério de IG esses constructos atendem:

Produto (Critérios: vínculo com o meio geográfico, processo produtivo, notoriedade, pesquisa, cadeia produtiva e desempenho econômico)

O produto alimentar artesanal do Grupo 1 é um produto com qualidade e diferenciação. Possui história e notoriedade, conforme demonstram as pesquisas da universidade da federação e o levantamento feito pelo instituto de pesquisa e ensino da federação. São produtos alimentares artesanais de qualidade, inspecionados sanitariamente e são tradicionais nas famílias e nas regiões produtoras, além importante fonte de renda. É vendido com agregação de valor para supermercados e para o consumidor final. Já o produto alimentar vegetal do Grupo 2 é tradicional e tem história no município que se pretende estruturar a IG, porém é um produto sem diferenciação. É vendido para permissionários em centrais de abastecimento. É um produto que necessita de melhorias em suas características e na sua produção, para que a comercialização possa agregar valor.

Lideranças (Critérios: Governança e engajamento)

No Grupo 1 é possível identificar lideranças, porém a área de abrangência do território é extensa e os produtores não se conhecem. As entidades de apoio não são as mesmas dentro do território e é necessário que se inicie um processo de aproximação tanto entre entidades, quanto entre produtores. Será um trabalho longo. É preciso, também, que uma entidade que represente os produtores dentro do território seja constituída, de maneira que ela seja o substituto processual da IG que se pretende estruturar. No Grupo 2 existe o sindicato rural, cujos associados são produtores do produto que se pretende reconhecer como IG. O sindicato rural se colocou como substituto processual desde o início do trabalho com o grupo, em 2022 e os produtores concordaram com isso.

É preciso que mais lideranças surjam em ambos os grupos, as existentes no momento não são suficientes, nem são dedicadas ou envolvidas. Fica evidente que se as entidades de apoio se afastarem, os processos de estruturação de IG ficarão parados.

Território (Critério: Território)

Durante reunião do Grupo 1, quando perguntados sobre os municípios pertencentes à microrregião que fazem parte do território, os produtores e as entidades presentes não souberam citar todos, apesar desta informação estar presente no trabalho de Lemke et al. (2024). O Grupo 2 teve dúvidas quanto ao território, pois o nome da IG é o nome do município anfitrião da reunião, e os produtores, além de plantarem neste município, também plantam em municípios vizinhos.

Regularização sanitária (Critérios: Processo produtivo, engajamento e território)

No Grupo 1, os municípios participantes do território são heterogêneos quanto a inspeção sanitária. Nem todos os municípios do território oferecem o SIM, e os produtores que buscam regularização precisam buscar órgão estaduais ou federais, que atendem, normalmente, a média e a grande indústria, dificultando o acesso aos pequenos produtores de produto alimentar artesanal. Se os municípios se unirem, é possível que seja feito o SISBI através de consórcio de municípios. No Grupo 2, foi identificado pelo instituto de pesquisas agronômicas do estado de São Paulo a falta de análise e correção do solo, bem como de rotação no plantio, favorecendo o surgimento de pragas e doenças que geram a perda da qualidade do produto. Os produtores podem corrigir este problema com assistência técnica.

Pesquisas científicas (Critério: Pesquisa)

No Grupo 1 há histórico de pesquisas realizado pela universidade da federação, sobre o processo de fabricação do produto alimentar artesanal, comprovando o tempo de prateleira e baixo potencial de contaminação. A universidade da federação também contou a história da microrregião e como ela se tornou conhecida na produção deste tipo de produto alimentar artesanal. O instituto de pesquisa e ensino da federação também realizou o levantamento histórico do território. No Grupo 2, o instituto de pesquisa e ensino da federação realizou levantamento histórico da notoriedade do município na produção do produto alimentar vegetal que se pretende reconhecer. O instituto de pesquisas agronômicas do estado de São Paulo realizou pesquisa do solo e da produção para orientar os produtores na melhoria do produto. O apoio recebido pelos dois grupos pode ajudar o processo de reconhecimento dos dois territórios.

Motivação (Critério: Engajamento)

Os dois grupos demonstraram interesse em dar prosseguimento no processo de estruturação de IG. A princípio porque acreditam que podem ganhar mais dinheiro com a venda do produto, mas ainda não visualizaram como trabalhar o turismo e o desenvolvimento de território.

No Quadro 2 foi feita comparação entre os dois grupos e os constructos mais discutidos durante os diagnósticos.

Quado 2: Constructtos em destaque nos diagnósticos

Constructtos em destaque nos diagnósticos			
	Desdobramento	G1	G2
Produto	Valor agregado	Sim	Não
	História	Sim	Sim
	Tradicional	Sim	Sim
	Fama	Sim	Sim
Lideranças	Entidade que representa os produtores	Não tem	Tem
	Facilidade em coordenar lideranças dentro do território	Não	Sim
Território	Conhecem os municípios que fazem parte da IG	Não	Não
	Grande área territorial	Sim	Não
Regularização sanitária	Problemas sanitários	Nem todos os municípios envolvidos possuem o SIM	Surgimento de pragas e doenças pela falta do manejo correto do solo
Pesquisas científicas	Pesquisas realizadas	Processo de fabricação produto	Pesquisa sobre o solo e produção
		Notoriedade e história do produto na região	Notoriedade e história do produto na região
Motivação	Produtores motivados	Sim	Sim

Fonte: Elaborado pela autora, dados coletados nas entrevistas (2025).

5.2 Efetividade dos diagnósticos aplicados

A pesquisadora, que foi observadora participante na aplicação dos dois diagnósticos, conforme descrito deste artigo, pouco ouviu, nas respostas dos produtores, que já não soubesse devido ao seu trabalho com ambos os grupos desde 2022. Porém, este conhecimento (do grupo, do produto, dos desafios, dos pontos de melhoria, das pessoas, entre outros) não foi aproveitado pelos advogados contratados pelo SEBRAE Nacional para compor o diagnóstico final. Fica a dúvida se o SEBRAE Nacional orientou os advogados a realizarem este levantamento com o profissional do SEBRAE que atua na região, conforme está escrito na orientação para realização do diagnóstico de 2021, do SEBRAE, e na palestra da especialista do SEBRAE de 2025.

As perguntas do diagnóstico, quando muito específicas, como quanto ao desempenho econômico do produto, número de produtores, quantidade produzida no território, produção crescente ou decrescente (série histórica) não foram fáceis de serem respondidas pelos participantes no momento da reunião de diagnóstico, pois demandam um certo tempo de pesquisa por parte deles.

As demais perguntas do diagnóstico contemplam todas as características de uma IG (produto, território, diferenciação, mercado, usurpação, entre outras), porém, dificilmente todas as nuances da realidade enfrentada pelos stakeholders, ou atores, de cada uma das IGs conseguiram ser captadas em 3 horas de reunião.

O questionário foi feito com perguntas abertas, que aceitavam as respostas diversas dos participantes, para que, em outro momento, o consultor (advogados contratados) as consolidasse com as informações coletadas previamente por eles. Após esta consolidação, é esperado que os consultores contratados classifiquem entre 0 a 5 os dez critérios relevantes para uma IG conseguir o reconhecimento. Esta classificação deve gerar um gráfico radar para apoiar o SEBRAE na sua decisão de quais regiões apoiar na estruturação da IG. Este método, cuja

classificação dos critérios de uma IG é feita por decisão dos consultores contratados, pode comprometer o resultado, possivelmente enviesado. Como recomendação para futuros diagnósticos aplicados pelo SEBRAE, sugere-se o uso de questionários com escalas validadas e mais objetivas que poderiam ser desenvolvidos, bem como a melhoria na metodologia nas entrevistas, uma vez que três horas de contato com o grupo avaliado podem ser insuficientes.

6. Conclusão

Foi possível comprovar com este trabalho o que Kujala et al. (2022) afirmam em seu estudo sobre engajamento dos stakeholders, ou seja, os stakeholders estão no centro do pensamento estratégico, que se refere à disposição dos stakeholders de participar da criação de valor da empresa, de contribuir para melhorar os resultados, a reputação e a vantagem competitiva da empresa. Tanto no Grupo 1, quanto no Grupo 2, os produtores e entidades de apoio envolvidos estão buscando a estruturação das IGs de maneira estratégica. Mas ambos os caminhos serão longos. No Grupo 1 pela extensão do território e falta de entidade que represente os produtores e o Grupo 2 pelo produto sem diferenciação e com necessidade de melhorias na produção.

O círculo virtuoso da qualidade vinculada à origem da FAO (2009) tem como fase 1 a crescente conscientização local e valorização do potencial do produto. O Grupo 2 está nesta fase. Ainda buscando a melhoria do produto e estruturando maneiras de valorizá-lo no mercado, bem como conscientizando os produtores quanto a IG e as vantagens deste tipo de reconhecimento. Quanto ao Grupo 1 ele atende parcialmente todas as fases do círculo virtuoso, mas é preciso, ainda, qualificar os produtos de todo o território com os serviços de inspeção, e melhorar a reprodução de recursos locais para sustentabilidade do sistema, uma vez que, por ser um produto artesanal e que exige um intenso trabalho manual, a sucessão familiar e a continuidade na produção dos produtos alimentares artesanais tem sido um problema. Por fim, a fase 5 do círculo virtuoso é de extrema importância para que os trabalhos iniciados em 2022 tenham continuidade. O apoio das prefeituras é importante e acontece nos dois territórios, porém, uma legislação que garanta a continuidade deste apoio pode ser essencial para todo o processo.

O diagnóstico do SEBRAE, como ferramenta para identificar as potenciais IGs, consegue entregar algumas respostas para o que se propõe a fazer, porém elas são curtas e não aprofundadas. Essa ferramenta pode não ser a ideal, uma vez que o diagnóstico é feito em um período muito curto, de três horas. Conforme afirmam Kujala et al. (2022), que o componente pragmático do engajamento dos stakeholders (inclusão, resolução de conflitos e construção de consenso), é essencialmente dependente do contexto e do tempo, um diagnóstico mais eficiente pode demandar um período maior de convivência, observação e escuta dos stakeholders.

A metodologia adotada pelo SEBRAE na aplicação do diagnóstico e coleta de dados pode ser aprimorada para evitar o viés no resultado, como por exemplo, realizar a classificação dos critérios por um grupo de especialistas e pelos atores envolvidos na regiões estudadas. Outra sugestão é o aprimoramento do questionário.

O trabalho de observação participante trouxe algumas reflexões referentes a cada grupo e às relações humanas. De todas as 18 perguntas do diagnóstico, alguns constructos se destacaram, por proporcionarem mais discussões, tais como produto, lideranças, território, regularização sanitária, pesquisas científicas e motivação. Todos estes construtos estão apoiados nos critérios definidos pelo SEBRAE para identificar as potenciais IGs.

Outras entidades brasileiras também desenvolveram alguns diagnósticos para serem usados na identificação de potenciais IGs, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o IF, e um estudo comparativo destes diagnósticos pode contribuir para a literatura e para a melhoria de cada um deles.

Referências

European Commission. (2024). *eAmbrosia - the EU geographical indications register*. Disponível

em <<https://ec.europa.eu/agriculture/eambrosia/geographical-indications-register/>>. Acesso em 13 de julho de 2025.

FAO. (2009). *Linking people, places and products*.

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). (2024). *Indicações Geográficas*. Disponível em <<https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas>>. Acesso em 13 de julho de 2025.

Kujala, J., Sachs, S., Leinonen, H., Heikkinen, A., C Laude, D. (2022). Stakeholder Engagement: Past, Present, and Future. *Business and Society*, *c1*(5), 1136–1196. <https://doi.org/10.1177/00076503211066595>

Lemke, Huarley Pratte et al. (2024). ORIGEM BR - DIAGNÓSTICO E ESTRUTURAÇÃO - Edital SETEC/MEC nº 63/2021 de promoção às Indicações Geográficas. Ed dos Autores.

Malaguti, J. M. A. (2023). *ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS: Indicações geográficas dormentes à luz da teoria*. Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Palhares, Carolina. Palestra com Hulda Giesbrecht - Sebrae - Diagnóstico de potencialidade de IG 10 02 2025. Youtube, 10 de fev. de 2025. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OqvlminlVIQ>>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (2021). Cenários da Indicações Geográficas no Brasil. Brasília, DF.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). (2021). GUIA PARA DIAGNÓSTICO DE UMA POTENCIAL INDICAÇÃO GEOGRÁFICA. Guia do Consultor. Brasília, DF.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do começo ao fim* by Robert K Yin (z-lib.org).